

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO nº 30/2021

Inexigibilidade nº 1/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA-MG, com sede na Praça do Rosário, 365 – Centro, na cidade de Pratinha-MG, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que irá realizar um credenciamento, conforme descrito neste Edital e seus Anexos e de conformidade com as disposições contidas no Decreto Municipal nº 04/2007 regulado pela Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666/1993 e suas alterações, Lei complementar nº 123/2007, e Lei Municipal nº 930/2014 sob a modalidade Inexigibilidade, tipo Menor Preço, nas condições estabelecidas neste edital e nos seguintes anexos que o integram:

Período para Credenciamento: 09/07/2021 a 22/07/2021

OBS: As empresas interessadas deverão encaminhar a documentação descrita neste edital dentro do prazo acima estabelecido.

HORÁRIO: 08:00 às 11:00 e do 12:00 às 17:00. De Segunda à Sexta.

LOCAL: Setor de licitações da Prefeitura Municipal, situada na Praça do Rosário, nº 365, Centro, na cidade de Pratinha MG.

Fundamentação Legal: Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

1- DO OBJETO:

Constitui-se objeto do presente Credenciamento de Laboratórios de Análise Clínica para realização de Exames Laboratoriais pelo preço constante na tabela SUS, para o Departamento Municipal de Saúde de Pratinha MG, nos quantitativos e especificações contidas no Anexo I do presente edital.

Constituem anexos do presente Edital dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Modelo Proposta
- b) Anexo II- Termo de Referência
- c) Anexo III – Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de Habilitação;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração para fins do disposto no inciso V art. 27 da Lei nº 8.666/93;
- e) Anexo V – Declaração de Fatos Impeditivos;
- f) Anexo VI – Declaração de que não emprega menor;
- g) Anexo VII – Minuta do Contrato;

1.1 Para efeito da prestação de serviço, prevalecerá o preço estabelecido pela Tabela SUS em detrimento de qualquer outra tabela.

2- DA PARTICIPAÇÃO

- a. Poderão participar do credenciamento todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições e exigências contidas neste edital e seus anexos.
- b. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo município de Pratinha MG.

Não poderá participar servidor efetivo de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Pratinha, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

3- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- a) Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do credenciamento, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar os termos deste Edital, mediante petição.
- b) A impugnação deverá ser realizada, por forma eletrônica, obrigatoriamente através do e-mail: licitacao@pratinha.mg.gov.br

4- DO CREDENCIAMENTO:

Para o credenciamento, os proponentes deverão identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, e em seguida, deverão apresentar, por meio de cópia autenticada por tabelião de notas, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda em originais, acompanhados ou não das respectivas cópias para autenticação por membro da Equipe de Apoio, os seguintes documentos:

- a) tratando-se de representante legal, estatuto, contrato social ou outro instrumento registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

- b) tratando-se de procurador, procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para praticar todos os atos pertinentes ao credenciamento.

5- ENTREGA DOS ENVELOPES:

Os envelopes dos interessados contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação definidos neste Edital e seus Anexos, serão recebidos no setor de Licitações desta Prefeitura, sita nesta cidade de Pratinha à Praça do Rosário nº. 365, **a partir das 08:00 horas do dia 9/Julho/2021.**

A proposta e a documentação de habilitação das interessadas deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa, além do nome e endereço do proponente, os seguintes dizeres:

a) ENVELOPE nº. 1- PROPOSTA DE PREÇOS

A comissão:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA-MG

Praça do Rosário nº. 365 Pratinha-MG

Inexigibilidade nº. 1/2021

(CONTÉM PROPOSTA DE PREÇOS)

b) ENVELOPE nº 2 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A comissão:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA-MG

Praça do Rosário nº. 365 Pratinha-MG

Inexigibilidade nº. 1/2021

(CONTÉM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO)

6 - DAS PROPOSTAS:

As Propostas deverão ser entregues, no local, dia e hora determinados, de acordo com a forma descrita no item 4, "a", contendo a proposta de preços (Anexo I), datadas e assinadas pelo proponente ou seu representante legal, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, com a indicação do número deste credenciamento, a identificação e endereço completo da proponente e a qualificação do signatário.

6.1 - A Proposta de Preços, conforme modelo anexo, compreenderá:

- a) a descrição detalhada dos serviços ofertados, na mesma ordem disposta no Anexo I, com a indicação do preço em moeda corrente nacional;

- b)** número do processo, do nome ou razão social do proponente, do CNPJ, da Inscrição Estadual, do endereço completo, do telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) para contato, este último se houver, das informações bancárias para efeito de pagamento (Banco, Agência, Conta), o nome, a Identidade, o Órgão expedidor, o Estado Civil, a Nacionalidade, o CPF e e-mail do representante legal;
- c)** Carimbo padronizado, validade da Proposta, total geral expresso em algarismos e por extenso, declaração de pleno acordo com as condições editalícias, declaração de inexistência de fatos impeditivos a participação no credenciamento, assinatura e data.

6.2 Não será admitido o encaminhamento de propostas via fax, por meio eletrônico ou similar.

6.3 Após o recebimento dos envelopes, não será aceito juntar ou substituir quaisquer documentos, nem retificação de preços ou condições.

6.4 - O recebimento dos envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o órgão promotor do credenciamento, observadas as prescrições da legislação específica.

6.5 – Para efeito do pagamento, caso bancário, a proponente deverá indicar o número da conta- corrente, agência bancária e o Banco onde deseja que sejam efetuados os créditos correspondentes.

6.6- É vedado ao participante retirar sua proposta ou parte dela depois de encerrada a reunião de abertura dos envelopes PROPOSTA.

6.7 - Havendo desistência por parte do participante, após o encerramento da reunião de abertura, estará sujeito as penalidades previstas em Lei e neste Edital;

6.8 - As propostas terão validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

6.9 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, seja omissa ou apresente irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, salvo, se possível sua exata compreensão e desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

6.9 - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do participante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 – Constatada a inviolabilidade dos envelopes, proceder-se à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e:

a) Serão Desclassificadas:

- as que não contiverem todos os dados exigidos para o Envelope 1;
- as que não atenderem aos requisitos mínimos das especificações (Anexo I)

8 - DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS, ANÁLISE DA HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES

8.1 - A aceitabilidade das propostas, compreenderá o exame:

a) da compatibilidade dos preços propostos com os preços contidos na tabela SUS;

9 – DA HABILITAÇÃO:

Serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem os envelopes endereçados na forma descrita no item 4, “b”, contendo os documentos a seguir relacionados, por meio de cópia autenticada por tabelião de notas, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais, para conferência e autenticação:

9.1 DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

9.2 REGULARIDADE JURÍDICA

- a)** Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;
- b)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c)** Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

- b)** inscrição no cadastro de contribuintes, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual Lei 8666/93, art. 29, II;
- c)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d)** prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e)** prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f)** prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- g)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- h)** Alvará de Autorização Sanitária expedido pela Vigilância Sanitária Municipal;

10- DECLARAÇÕES

- a)** Declaração de cumprimento no artigo 27, inciso V da Lei 8.666/93, sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da empresa, conforme Anexo IV;
- b)** Declaração de que concorda e cumpre plenamente os requisitos de habilitação, Anexo III;
- c)** Declaração de fatos impeditivos, conforme modelo constante no anexo V.

11- DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

- a)** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- b)** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou ainda forem apresentados com validade expirada, o proponente será inabilitado, salvo, se possível aferição de sua qualificação, puder ser realizada durante o credenciamento, visando a ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- c)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5

(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou revogar o credenciamento.

- d) O prazo de validade dos documentos necessários para a habilitação, deverão estar em vigência na data do credenciamento, sob pena de inabilitação.

OBS: Na hipótese de não constar prazo de validade nos documentos apresentados, serão aceitos como válidos os expedidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data do credenciamento.

12 - DOS RECURSOS

12.1 Poderá qualquer interessado interpor recurso no prazo de cinco dias úteis, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

12.2 DO PROCEDIMENTO PARA JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

12.3 Os Proponentes deverão comparecer no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Pratinha MG, para realizar o credenciamento a partir do dia 09/07/2021, por um período aberto até o encerramento do credenciamento, em 22/07/2021. Os documentos relativos à habilitação e a à proposta serão analisados e julgados pela Comissão Permanente de Licitação. Estando devidamente habilitados, os proponentes serão credenciados e já estarão aptos a prestar o serviço.

13 – RESULTADO DO JULGAMENTO

Será dado conhecimento do resultado do julgamento pelos mesmos meios de divulgação deste edital.

Os recursos interpostos serão apreciados pela Comissão Permanente de Licitação. Caso não sejam acolhidos, serão encaminhados, no prazo de dois dias para dar parecer fundamentado sobre a manutenção da decisão, e caberá a Comissão Permanente de Licitação, a decisão final.

14 – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 – Divulgado o resultado do credenciamento, as(os) participantes vencedoras(os) terão o prazo de 03 (três dias) úteis, a contar do recebimento do mesmo, para assinar o contrato respectivo, que obedecerá às condições indicadas na minuta do Anexo VII, na qual estão definidas as condições da execução dos serviços, do pagamento dos preços, as obrigações da contratada/o e as penalidades a que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas.

14.2 – No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente deste credenciamento poderá ser acrescido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.

13.3 Os(as) participantes contratados(as) responderão, por sua conta e no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das, pelos danos causados à administração, decorrentes de serviços prestados em desacordo com o estipulado.

13.4 - A recusa dos(as) adjudicatários(as) em assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração Municipal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

13.5 - Como condição para a prestação dos serviços durante todo o período, os(as) participante vencedores (as) se obrigam, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumida, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, conforme artigo 55, inciso XIII da Lei 8.666/93;

13.6 - **A prestação do serviço será efetuada 3 vezes por semana. A coleta e análise do material deverá ser feita pela contratada bem como a entrega dos resultados dos respectivos exames.**

14 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas decorrentes deste credenciamento correrão à conta das dotações orçamentárias, específicas, consignadas no Orçamento Municipal vigente.

FICHA: 696 - 02.46.00.10.302.035.2.224.3.3.90.39 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica.

a) O pagamento será efetuado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante apresentação de Nota Fiscal, ficando a liberação do pagamento condicionada à regularidade do prestador de serviço.

b) Caso a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) apresentem inexatidão, estas serão devolvidas à CONTRATADA em, no máximo, 2 (dois) dias úteis a contar da apresentação, para as devidas correções, contando-se novo prazo para o pagamento a partir da data de sua reapresentação, na forma prevista acima.

15- DAS PENALIDADES

15.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela participante, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções previstas no Art. 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) Multa, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial:

b.1) de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da adjudicação, ao participante vencedor que se recusar a assinar o contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a convocação;

b.2) de 10^o (dez por cento), calculado sobre o valor total do contrato, no caso de eventuais inadimplências da participante contratada;

b.3) As multas serão aplicadas em dobro, na reincidência da falta;

b.4) As multas previstas nesta seção não terão caráter compensatório, porém moratória, e conseqüentemente a sua cobrança não isentará a contratada da obrigação de indenizar eventuais perdas, danos ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à contratante;

b.5) A multa aplicada à/ao participante adjudicatária(o) e os prejuízos por ela(ele) causados serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrada diretamente ou judicialmente, e, se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa ainda responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente;

b.6) O valor correspondente a qualquer multa aplicada à(ao) participante vencedor(a) deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, na conta bancária nº 8731-9, do Banco do Brasil, Agência nº 0927-X, em favor da Prefeitura Municipal de Pratinha, ficando o/a participante obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo de depósito efetuado. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente;

- c) Suspensão temporária do direito licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízos de outras sanções;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que houver ressarcimento a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no acima disposto.

15.2 - As sanções previstas nas letras “c” e “d” poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que se enquadrarem nos incisos I a III do artigo 88 da Lei 8666/93.

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A Prefeitura Municipal de Pratinha, responsável pelo credenciamento reserva-se o direito de:

- a) revogá-lo, a qualquer tempo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;
- b) alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;
- c) adiar o recebimento das propostas, divulgando no site www.pratinha.mg.gov.br, mediante aviso público, a nova data;

16.3 - A administração reserva-se o direito de fiscalizar, quando lhe convier, o serviço prestado.

16.4 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e documentação, sendo que a Administração, em nenhum caso, responsabilizará por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

16.5 - Fica facultada a Administração, apresentar declaração de inidoneidade junto ao Ministério da Fazenda, quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada que proporcionem prejuízos, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

16.6 - Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

16.7 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento.

16.8 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar contra o ato convocatório.

16.9 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.

16.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme Art. 110 da Lei 8.666/93.

16.11 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Ibiá, com exclusão de qualquer outro;

16.12 - O Presente Edital poderá ser adquirido no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pratinha ou no site **www.pratinha.mg.gov.br**, sem qualquer ônus e quaisquer outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pratinha-MG, Fone (034) 3637-1220.

Prefeitura Municipal de Pratinha-MG
Em 24 de Junho de 2021.

John Wercollis de Moraes
Prefeito Municipal



Inexigibilidade Nr. 1 / 2021

ANEXO I

Proposta de Preços

Protocolo do Processo: 130 / 2021

Processo de 30 / 2021

Razão Social do _____

CNPJ: _____ **Insc.** _____

Endereç _____

Cidade: _____ **Estad** _____

Telefon _____ **Fax :** _____ **e-mail :** _____

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS sistema bancário):

Banco: _____ **Agência:** _____ **Conta:** _____

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO

Nome: _____

Identida _____ **Orgão** _____

Estado _____ **Nacionalid** _____

CPF: _____ **e-mail:** _____

Solicitação de **Req. de Material**
/ /

Requisitantes
00024600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Dotação
0696/2021

Séq.	Un	Quantidade	Código	Especificação	Marca	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1	SÇ	1,00	19520	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESCPECIALIZADOS DE LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS (PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNOSTICA). OS EXAMES OFERTADOS SERÃO PREÇO DE TABELA SUS. OS EXAMES SERÃO REQUISITADOS CONFORME NECESSIDADE.			

Carimbo Padronizado	Validade da Proposta (no mínimo em 60 dias) ____/____/____	Total Geral R\$ _____ _____
	Prazo para Entrega ____/____/____	

Observações

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para

Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura: _____ **Data:** ____/____/____

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO N° 30/2021

INEXIGILIDADE N° 01/2021

1. DO OBJETO:

1.1 Credenciamento de Laboratórios de Análise Clínica para realização de Exames Laboratoriais pelo preço constante na tabela SUS, para o Departamento Municipal de Saúde de Pratinha MG.

1.2 Os itens abaixo pertencem ao processo 000001/2021:

Sequencia	Código	Descrição	UND	QTD	Vlr. Médio	Vlr. Total
1	19520	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS (PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNOSTICA). OS EXAMES OFERTADOS SERÃO PREÇO DE TABELA SUS. OS EXAMES SERÃO REQUISITADOS CONFORME NECESSIDADE.	SÇ	1	R\$ 30.000,000	R\$ 30.000,000
TOTAL GERAL					R\$ 30.000,000	R\$ 30.000,000

2- RELAÇÃO DOS EXAMES:

DESCRIÇÃO	Valor conforme tabela do SUS
GS FATOR RH	1,37
HDL	3,51
HEMOGLOBINA GLICADA	7,86
HEMOGRAMA	4,11
LATEX (FATOR REUMATOIDE)	2,83
LDL	3,51
PCR	2,83
POTÁSSIO	1,85
PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	1,85
PSA TOTAL	16,42
REAÇÃO MACHADO GUERREIRO IGG	9,25
REAÇÃO MACHADO GUERREIRO IGM	9,25
SANGUE OCULTO	1,65
SÓDIO	1,85
T4	8,76
TAP	2,73
TGO	2,01
TGP	2,01
TRIGLICERIDES	3,51
TSH	8,96
URÉIA	1,85
URINA ROTINA	3,7
UROCULTURA	10,25
VDRL	2,83
VHS	2,73
VLDL	0,05

3- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1- A contratação se faz necessária para atendimento ao Departamento Municipal de Saúde, haja vista que o município não dispõe de um laboratório municipal para realizar análises clínicas.

4- ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA:

4.1 O teto contratual será de R\$ 30.000,00 por ano, conforme necessidade.

a. As despesas deste processo licitatório para o ano de 2021 correrão por conta da(s) Dotação(ões) orçamentária(s) número(s):

FICHA: 696 - 02.46.00.10.302.035.2.224.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

5-CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

5.1 O serviço deverá ser executado, organização, execução e acompanhamento, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 Executar o objeto deste credenciamento nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados;

6.2 Indicar, imediatamente à assinatura do Contrato e sempre que ocorrer alteração, ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Patinha, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas a prestação dos serviços, e atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Patinha, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

6.3 Fornecer números telefônicos, ou outros meios igualmente eficazes, para contato da Prefeitura Municipal de Patinha com o Preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional;

6.4 Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela Prefeitura Municipal de Patinha com respeito à execução do objeto;

6.5 Executar os serviços objeto deste credenciamento dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;

6.6 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

6.7 Cumprir todas as condições e prazo fixados neste edital ou outros que venham a ser fixados pela Prefeitura Municipal de Pratinha;

6.8 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência, a pedido da Prefeitura Municipal de Pratinha;

6.9 Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços pela equipe da Prefeitura Municipal de Pratinha, durante a sua execução;

6.10 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada neste credenciamento, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria da execução do objeto e dos resultados obtidos, preservando a Prefeitura Municipal de Pratinha de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

6.11 Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas no credenciamento, devendo comunicar à Prefeitura Municipal de Pratinha, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da execução do objeto;

7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

7.2 Emitir, por meio do Departamento de Licitações, a Ordem de Serviços.

7.3 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

7.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA/O, em relação a execução do objeto deste credenciamento.

7.5 Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA/O nas condições estabelecidas.

7.6 Fiscalizar a execução do objeto, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA/O pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

7.7 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, por meio da(s) Área(s) Solicitante(s), permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, observando o fiel cumprimento das exigências constantes deste Termo de Referência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da/o CONTRATADA/O com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas.

7.8 Sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária.

7.9 Rejeitar todo e qualquer material e/ou serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;

7.10 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do objeto.

7.11 Arcar com as despesas de publicação do extrato de contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

7.10 Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

8- GESTÃO / FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1 Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão/fiscalização do contrato será realizada pela(s) Área(s) Solicitante(s).

8.2 O(s) responsável(is) pela(s) Área(s) Solicitante(s) atuará(ão) como gestor/fiscal do contrato.

9- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado pelo Departamento de Tesouraria, até o dia 10 do mês subsequente, mediante apresentação de Nota Fiscal/recibo correspondente, mediante atestação da secretaria requisitante e apresentação dos documentos fiscais devidos, após o recebimento da nota fiscal/recibo;

9.2 A nota fiscal/recibo deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especificamente as de natureza fiscal;

9.3 A Nota Fiscal/Recibo emitida pelo/a CONTRATADO/A deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº credenciamento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.4 A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

9.5 Os Departamentos requisitantes atestarão, no documento fiscal correspondente, a execução dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à fornecedora contratada;

9.6 O recebimento definitivo do serviço executado somente se efetivará com a atestação referida anteriormente;

9.7 Os Departamentos envolvidos no manuseio com a Nota Fiscal/Recibo, identificando qualquer divergência na mesma, deverá devolvê-la à/o contratada/o para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

9.8 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a/o contratada/o dará à Prefeitura Municipal de Pratinha, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

9.9 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da/o CONTRATADA/O;

10- VIGÊNCIA CONTRATUAL:

10.1 O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e término 31/12/2021, facultando-se ao CONTRATANTE rescindi-lo a qualquer época, mediante aviso por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, isento de indenização de qualquer natureza.

10.2 O contrato poderá ser prorrogado, se isto interessar as partes, desde que devidamente justificado nos termos do § 2º, do art. 57, da Lei 8.666/93 e alterações.

11- SANÇÕES:

§ 1º O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela/o CONTRATADA/O, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades previstas no Art. 87, da Lei nº 8.666/93, garantida prévia defesa:

I – Advertência por escrito e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; que poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para a Administração;
- b) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ou desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

II – Multa - De 10% (dez por cento) por inadimplência, calculado sobre o valor total do contrato no caso de eventuais inadimplências.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a/o CONTRATADA/O da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

A multa aplicada à/o CONTRATADA/O e os prejuízos por ele(a) causados serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrada diretamente ou judicialmente.

Não será aplicada a multa referida acima se o atraso decorrer de força maior ou caso fortuito.

III – Suspensão temporária do direito licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo de outras sanções, garantida a prévia defesa.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

V – Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ao participante que apresentar documentação falsa ou falsificada exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

§ 2º- As penalidades serão registradas no Cadastro de Fornecedores, e no caso de suspensão ou impedimento de licitar, o participante deverá ser descredenciado por igual período, cabendo ainda, prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e demais cominações legais.

§ 3º- O valor correspondente a qualquer multa aplicada ao/a participante CONTRATADA/O, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, na conta bancária nº 8731-9, do Banco do Brasil, Agência nº 0927-X, em favor da Prefeitura Municipal de Pratinha, ficando a empresa participante vencedora a ser contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo de depósito efetuado.

- a) Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

§ 4º- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa participante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perda e danos junto a Administração, decorrente das infrações cometidas.

12- CONDIÇÕES GERAIS:

12.1 A Prefeitura Municipal de Pratinha e o PRESTADOR DOS SERVIÇOS poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em

planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral;

12.2 A Prefeitura Municipal de Pratinha reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

12.3 A Prefeitura Municipal de Pratinha reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas;

12.4 Qualquer tolerância por parte da Prefeitura Municipal de Pratinha, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura Municipal de Pratinha exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

12.5 A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Prefeitura Municipal de Pratinha e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da/o CONTRATADA/O designadas para a execução do objeto contratado, sendo a/o CONTRATADA/O a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra;

12.6 A/O CONTRATADA/O, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à Prefeitura Municipal de Pratinha, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se a Prefeitura o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos;

13-DA RESCISÃO CONTRATUAL:

13.1 A contratação objeto deste Termo de Referência poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito da Prefeitura Municipal de Pratinha, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

13.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.3 Ocorrendo a rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, a Prefeitura Municipal de Pratinha responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos serviços efetivamente executados pela contratada até a data da rescisão.

Pratinha-MG, 24 de Junho de 2021

John Wercollis de Moraes
Prefeito Municipal

Arlene Aparecida da Silva
Departamento de Compras

Regiane Aparecida da Silva
Diretora do
Departamento de Saúde

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

Inexigibilidade nº 1/2021

Processo nº 30/2021

Objeto: Credenciamento de Laboratórios de Análise Clínica para realização de Exames Laboratoriais pelo preço constante na tabela SUS, para o Departamento Municipal de Saúde de Pratinha MG.

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do processo, para credenciamento de Laboratórios de Análise Clínica para realização de Exames Laboratoriais pelo preço constante na tabela SUS, para o Departamento Municipal de Saúde de Pratinha MG, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação constantes no edital.

Local e data.

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO IV

Modelo de Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

DECLARAÇÃO

**Inexigibilidade Nº 1/2021
Processo Nº 30/ 2021**

Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....
e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no **inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
data

.....
nome

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, _____ inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede à Rua _____, nº _____, em _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr.(a) _____, na qualidade de participante do credenciamento na modalidade de inexigibilidade, instaurado pela Prefeitura Municipal de Pratinha MG, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e firmar contrato no presente processo e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

Assinatura do representante da empresa

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2021

De prestação de serviços médicos, decorrente **do Inexigibilidade Nº 1/2021** que entre si fazem nesta e melhor forma de direito, de um lado o Município de Pratinha-MG - Prefeitura Municipal – CNPJ: 18.585.570/0001-56, com sede à Praça do Rosário, nº. 365, Centro, neste ato representada pelo seu Prefeito Sr. John Wercollis de Moraes, brasileiro, solteiro, CPF: 042.024.726-24 RG MG 11.297.512 SSP-MG, adiante denominado simplesmente CONTRATANTE e CONTRATADA(o), com sede à, nº....., bairro....., na cidade de, inscrita no CNPJ nº, representado pelo Sr.(a), RG:....., CPF:....., residente e domiciliado(a) à, nº....., bairro....., adiante denominado(a) simplesmente CONTRATADO(A), consoante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

O presente contrato é celebrado com fundamento no processo nº **30/2021**, modalidade **Inexigibilidade nº 1/2021** .

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o **Credenciamento de Laboratórios de Análise Clínica para realização de Exames Laboratoriais pelo preço constante na tabela SUS, para o Departamento Municipal de Saúde de Pratinha MG.**, constantes do processo nº **12/2021, Inexigibilidade nº 1/2021**, nos termos do mapa de apuração e da proposta apresentada.

Parágrafo primeiro – Os serviços serão prestados diretamente pelo(a) CONTRATADO(A), vedada a cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório do credenciamento referido no preâmbulo, bem como aquelas constantes da Proposta apresentada.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O preço da prestação de serviços, objeto deste contrato, são os constantes da proposta apresentada, e do mapa de apuração das propostas, sendo de R\$ 30.000,00, por ano.

§ 1º - A revisão dos preços poderá ocorrer, mediante requerimento por ofício do contratado(a) e, após deferimento pela autoridade competente, nos seguintes casos:

- a) **Reajuste de Preços** – aplicável com intervalo de 12 (doze) meses, quando houver variação dos custos durante a execução do contrato, adotando-se como parâmetros básicos a qualidade e os preços vigentes no mercado, nos termos do Artigo 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.
- b) **Atualização Financeira** – visando corrigir o valor que deixou de ser pago ao contratado(a) na oportunidade devida.
- c) **Recomposição de Preços** – visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, aplicável quando houver um imprevisto que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado(a) e a remuneração por parte da Administração, nos termos do Artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93. Cabível somente, quando o contratado(a) não for o/a causador(a) do desequilíbrio.

§ 2º - O presente contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, a critério do CONTRATANTE e mediante aviso formal ao/a CONTRATADO(A). Desde que acordado entre as partes, as supressões poderão exceder o percentual estabelecido neste parágrafo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CUSTOS OPERACIONAIS

Correrão por conta exclusiva do(a) CONTRATADO(A), não gerando nenhuma responsabilidade ou ônus para a CONTRATANTE, quaisquer tributos, taxas e seguros, custos e despesas, diretos ou indiretos, relacionados com a prestação de serviços, enfim, todas as despesas necessárias à sua plena execução, tais como de pessoal, de administração e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) incidentes sobre o serviço, ficando esclarecido que não será admitida qualquer alegação que vise a ressarcimentos e/ou acréscimos, a esse ou qualquer título, não considerados na proposta, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PAGAMENTOS

a) O pagamento será efetuado, em parcelas mensais até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante apresentação de Nota Fiscal, ficando a liberação do pagamento condicionada à regularidade do prestador de serviço.

b) Caso a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) apresentem inexatidão, estas serão devolvidas à CONTRATADA em, no máximo, 2 (dois) dias úteis a contar da apresentação, para as devidas correções, contando-se novo prazo para o pagamento a partir da data de sua reapresentação, na forma prevista acima.

CLÁUSULA SETIMA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§ 1º - O(a) CONTRATADO(a) executará os serviços com observância rigorosa das condições deste Edital e de sua proposta, cumprindo fielmente as horas de trabalho contratadas.

§ 2º - O(a) CONTRATADO(A) fica obrigado(a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.

§ 3º - Para realização dos serviços ajustados, a(o) CONTRATADO(A), designará empregados de seu quadro, especializados e devidamente credenciados, assumindo total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, assim como pela observância da legislação trabalhista que disciplina a prestação de serviços em dias não úteis e pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao presente contrato.

§ 4º - O CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas.

§ 5º - Será de inteira responsabilidade do(a) CONTRATADO(A) o cumprimento das normas regulamentares da "Segurança e Medicina do Trabalho" cabíveis.

§ 6º - O/A CONTRATADO(A) se compromete a fornecer, por escrito e mediante solicitação do CONTRATANTE, relatório sobre os serviços prestados, acatando sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades do CONTRATANTE.

§ 7º - O/A CONTRATADO(A) se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha ter acesso por força da execução deste contrato.

§ 8º - O/A CONTRATADO(A) responderá pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados. Assume neste caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

§ 9º - A CONTRATANTE se obriga a efetuar os pagamentos devidos ao/à CONTRATADO(A) na forma estabelecida neste Contrato.

§ 10º - O(A) CONTRATADO (A, se obriga a substituir no prazo de 48 (quarenta e oito), a contar da data da solicitação, mediante solicitação formal e a critério do CONTRATANTE, qualquer de seus empregados designados para executar as

tarefas correspondentes a este contrato, que não estejam correspondendo aos padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE, sob pena de multa.

§ 11º - O/A CONTRATADO(A) não poderá utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADO(A) em quaisquer atividades de divulgação, sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, em prejuízo da responsabilidade do(a) CONTRATADO(A).

§ 12º - O(A) CONTRATADO(a), se obriga a informar ao CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, etc.

CLAUSULA OITAVA – VIGÊNCIA E RESCISÃO

§ 1º - O presente contrato terá início em xx/xx/xxxx e término em 31/12/2021, e poderá ser prorrogado, se houver interesse das partes, limitada sua duração total a 60 (sessenta) meses.

§ 2º - O contrato estará sujeito à rescisão nas seguintes hipóteses:

- a) administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, desde que, ocorra qualquer das hipóteses previstas no Art. 78, da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.854, de 27/10/99;
- b) se por ocasião do pagamento, o/a CONTRATADO(A) não comprovar sua regularidade de situação, a rescisão se dará mediante comunicação formal ao/à CONTRATADO(A), concedendo aviso prévio de até 60 (sessenta) dias corridos.
- c) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada, mediante aviso prévio por escrito, de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- d) - Judicial, nos termos da legislação.

§ 3º - Qualquer reclamação sobre a inexecução ou deficiente execução dos serviços ora contratados, deverá ser feita pelo CONTRATANTE ao/à CONTRATADO(A), por escrito, e a esta entregue mediante protocolo. O não atendimento aos termos da reclamação, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da mesma, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona e da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

§ 4º – Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como, toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE, passando tal documento a integrar o contrato.

§ 5º – As responsabilidades imputadas ao/à CONTRATADO(A), por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

§ 6º – A rescisão acarretará imediatamente a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a Administração Pública.

§ 7º – O início da prestação dos serviços ocorrerá a partir da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

§ 1º - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo(a) CONTRATADO(A), sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades previstas no Art. 87, da Lei nº 8.666/93, garantida prévia defesa:

I – Advertência por escrito e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; que poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para a Administração;
- b) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ou desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

II – Multa - De 10% (dez por cento) por inadimplência, calculado sobre o valor total do contrato no caso de eventuais inadimplências.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará o/a CONTRATADO(A) da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

A multa aplicada ao/à CONTRATADO(A) e os prejuízos por ele(a) causados serão deduzidos de qualquer crédito a ele(a) devido, cobrada diretamente ou judicialmente.

Não será aplicada a multa referida acima se o atraso decorrer de força maior ou caso fortuito.

III – Suspensão temporária do direito licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo de outras sanções, garantida a prévia defesa.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que

seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

V – Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ao participante que apresentar documentação falsa ou falsificada exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

§ 2º- As penalidades serão registradas no Cadastro de Fornecedores, e no caso de suspensão ou impedimento de licitar, o participante deverá ser descredenciado por igual período, cabendo ainda, prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e demais cominações legais.

§ 3º- O valor correspondente a qualquer multa aplicada ao/a participante CONTRATADO(A), respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, na conta bancária nº 8731-9, do Banco do Brasil, Agência nº 0927-X, em favor da Prefeitura Municipal de Pratinha, ficando a empresa participante vencedora a ser contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo de depósito efetuado.

- a) Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

§ 4º- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa participante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perda e danos junto a Administração, decorrente das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – LOCAL DA PRESTAÇÃO E HORÁRIO DE TRABALHO

A presente prestação de serviços dar-se-á por 3 vezes na semana, devendo a coleta e análise do material ser feita pela contratada, bem como a entrega dos resultados dos respectivos exames.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

§ 1º- O CONTRATANTE poderá, na forma que julgar conveniente, exercer ampla fiscalização para o fiel cumprimento das condições estipuladas.

§ 2º- É vedado ao/a CONTRATADO/A caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME

Em nenhuma hipótese, resultará deste contrato, qualquer vínculo empregatício do(a) CONTRATADO(A) com o CONTRATANTE, dada a natureza do mesmo, que é de prestação de serviços nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o foro da Cidade de Ibiá-MG, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por se acharem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Prefeitura Municipal de Pratinha-MG.
Em xx de xx de **2021**.

Contratante: _____

John Wercollis de Moraes
Prefeito Municipal

Contratado(a): _____

Testemunhas:

Testemunha:

Nome

Nome:

CPF:

CPF:

AVISO DE CREDENCIAMENTO

O Prefeito Municipal de Pratinha-MG, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar-se na sede da Prefeitura Municipal de Pratinha localizada à Praça do Rosário, nº 365, Centro, sala de licitações o seguinte credenciamento:

Processo nº 30/2021

Inexigibilidade nº 1/2021

Objeto: Credenciamento de Laboratórios de Análise Clínica para realização de Exames Laboratoriais pelo preço constante na tabela SUS, para o Departamento Municipal de Saúde de Pratinha MG.

Período para credenciamento: Do dia 9/Julho/2021 à 22/Julho/2021

Horário: Das 08: 00 às 11:00 e do 12:00 às 17:00. De segunda à sexta.

Observação: Expirado o período de credenciamento, não mais serão admitidos novos proponentes.

O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pratinha localizada à Praça do Rosário, nº 365, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e no site ***www.pratinha.mg.gov.br***, sem qualquer ônus. Quaisquer outros esclarecimentos poderão ser obtidos neste mesmo setor, através do telefone (034) 3637-1220.

Pratinha-MG, 24 de Junho de 2021.

John Wercollis de Morais
Prefeito Municipal